



Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ

ATA DA 45ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS – CONARQ

1 Aos cinco dias do mês de setembro de 2007, no mini-auditório do Arquivo Nacional, na
2 Praça da República nº 173, cidade do Rio de Janeiro, sob a presidência de Jaime
3 Antunes da Silva, Presidente do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ foi
4 realizada a Reunião de Diretores de Arquivos Estaduais. Participaram da reunião os
5 seguintes Conselheiros: representando o Poder Executivo Federal: Patrícia Pessi, do
6 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (titular); Alfredo Tiomno
7 Tolmasquim, do Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST (titular), Selma Braga
8 Duboc do Ministério da Saúde (suplente); representando o Poder Judiciário Federal:
9 Kathya S. O. Campelo Bezerra, do Supremo Tribunal Federal (titular) e Júlio César
10 Sousa Gomes, do Tribunal Superior Eleitoral (titular); representando o Poder
11 Legislativo Federal: Antonio Alberto de Carvalho, do Senado Federal (suplente),
12 Lambert Ricarte Serra Júnior, da Câmara dos Deputados (titular); representando o
13 Arquivo Nacional: Maria Izabel de Oliveira (titular); representando os Arquivos
14 Públicos Estaduais: Maria Teresa Navarro de Britto Matos, do Arquivo Público do
15 Estado da Bahia (titular); Rosani Gorete Feron, do Arquivo Público do Rio Grande do
16 Sul (titular); Daysi Lúcia Ramos de Andrade, do Departamento Estadual de Arquivo
17 Público do Paraná (suplente); representando os Arquivos Públicos Municipais: Carlos
18 Roberto Bastos Freitas, do Arquivo Municipal de Campos dos Goytacazes (titular);
19 Cristina Guedes Gonçalves, da Fundação Arquivo e Memória de Santos (titular);
20 representando as Associações Arquivísticas Brasileiras: Clara Marli Scherer Kurtz, da
21 Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul (titular); Pablo Soledade
22 da Associação dos Arquivistas da Bahia (suplente); representando as instituições
23 mantenedoras de curso superior de arquivologia: Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva, da
24 Universidade Federal da Bahia (titular); representando as instituições que congreguem
25 profissionais que atuem nas áreas de ensino, pesquisa, preservação ou acesso a fontes
26 documentais: Paulo Knauss, da Associação Nacional de História – ANPUH (titular).

27 Justificaram suas ausências: Francisco Maurício da Paz, do Senado Federal,
28 representado pelo seu suplente; Ismênia de Lima Martins, da Associação Nacional de
29 História - ANPUH, Suely Braga da Silva, CPDOC da Fundação Getúlio Vargas;
30 Daniela Francescutti Martins Hott, da Câmara dos Deputados; Gilson Sérgio Matos
31 Reis, do Arquivo Público da Cidade de Aracajú, Ieda Pimenta Bernardes, do Arquivo
32 Público do Estado de São Paulo; Liliana Albertis Henrichs, do Arquivo Histórico
33 Municipal João Spadari Adami. Participaram ainda os seguintes diretores de arquivos
34 estaduais: representando o Arquivo Público Estadual de Alagoas: Geraldo da Silva
35 Filho, Arquivo Público do Estado da Bahia, Maria Tereza Navarro de Britto, Arquivo
36 Público do Estado do Ceará, Márcio de Souza Porto, Arquivo Público de Mato Grosso,
37 José Roberto Stopa, Arquivo Público do Paraná, Daisy Lúcia Ramos de Andrade,
38 Arquivo Público de Pernambuco, Pedro Ferreira de Moura Filho, Arquivo Público do
39 Estado do Rio de Janeiro, Paulo Knauss, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do
40 Sul, Rosani Gorete Feron, Arquivo Público Estadual de Sergipe, Manuel Alves do
41 Prado Neto, Arquivo Público do Amapá, a Coordenadora da Coordenadoria de
42 Preservação do Patrimônio Histórico do Amapá, Adriana Rodrigues da Silva e a
43 Gerente do Arquivo Público do Amapá Ana Cristina da Silva Dias, Arquivo Público
44 Estadual do Amazonas, Ana Holanda Gonçalves, Arquivo Público Estadual do Espírito
45 Santo, Cleidson de Lima e Cilmar Franceschetto, Arquivo Público do Estado do
46 Maranhão, Maria Helena Spínola, Lúcia de Fátima e Irene Morais Leitão, Arquivo
47 Público do Estado de Mato Grosso do Sul, Soraia Ferreira Rodrigues, Arquivo Público
48 do Estado do Pará, Magda Ricci e Lélia Fernandes, Arquivo Público Estadual do Rio
49 Grande do Norte, Maria da Conceição Gurgel. Justificaram suas ausências: Arquivo
50 Histórico do Estado de Goiás: Maria Carmem Lisita, Arquivo Histórico da Paraíba,
51 Denize Jacinto Duarte Loureiro, Arquivo Geral do Estado de Rondônia, Sirley Pereira
52 de Vargas Pinto, Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Maria Teresinha
53 Debatin e Arquivo Geral do Estado do Acre, Daniel Cícero Gonçalves Pena, Arquivo
54 Público e Museu Histórico do Piauí, Sírria Emereciana Neponucemo Borges. Não
55 compareceu representante do Arquivo Público de Roraima. Secretariaram os trabalhos
56 Marilena Leite Paes, Coordenadora do CONARQ e a Arquivista Domícia Gomes,
57 substituta da Coordenadora do CONARQ. O Presidente do CONARQ abriu a sessão
58 com a apresentação e discussão do texto revisto e ampliado dos estatutos do Fórum,
59 preparado pelo grupo designado na reunião de ontem, 4 de setembro. Concluídas as
60 discussões e incluídas as alterações propostas, o estatuto foi aprovado. Seguiu-se a

61 eleição da Diretoria Executiva, assim constituída: Presidente - Pedro Ferreira de Moura
62 Filho, Coordenador do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, do Estado de
63 Pernambuco; Primeiro Vice-Presidente José Roberto Stopa, Superintendente do
64 Arquivo Público do Estado de Mato Grosso; Segundo Vice-Presidente Maria Teresa
65 Navarro, Diretora do Arquivo Público do Estado da Bahia, Primeiro Secretário Manuel
66 Alves do Prado Neto, Arquivo Público Estadual de Sergipe, e Segundo Secretário Daysi
67 Lúcia Ramos de Andrade, Diretora do Arquivo Público do Paraná. Dando
68 prosseguimento à reunião, o Presidente coloca em discussão os temas previstos na
69 agenda programada, tais como: a questão da jurisdição arquivística, o perfil da
70 instituição arquivística, a criação e/ou atualização dos Sistemas Estaduais de Arquivos,
71 a posição dos arquivos na estrutura governamental, dentre outros, no sentido de que o
72 Plenário do CONARQ possa contribuir com ações que sirvam ao desenvolvimento dos
73 arquivos públicos estaduais, dos tribunais de justiça, de assembleias legislativas e outros
74 entes da administração pública. O Presidente informa que, a partir da questão
75 apresentada na última reunião do Plenário do CONARQ, referente à proposta para que o
76 Arquivo do Estado de São Paulo, então subordinado à Secretaria de Cultura, se
77 transformasse em uma Organização Social (OS), o Plenário deliberou que fosse
78 constituída uma comissão, integrada pela Conselheira Daysi, e pelos Conselheiros
79 Lamberto e Carlos Freitas para elaborar uma proposta de resolução, dispendo sobre o
80 dever do Poder Público no âmbito estadual, do Distrito Federal e municipal, na gestão
81 documental como apoio à administração, à cultura e ao desenvolvimento científico.
82 Enquanto não se prepara a referida resolução e aproveitando o momento de transição
83 política decorrente das recentes eleições para governadores, o Plenário deliberou que
84 fosse encaminhada uma mensagem aos governadores eleitos ou reeleitos e aos
85 secretários de Estado aos quais os arquivos estão subordinados, alertando-os sobre a
86 vital importância dos arquivos como instrumento de planejamento, gestão e controle do
87 Estado, vocacionados para uma função social de dar acesso à informação pública,
88 guardar e preservar o patrimônio documental do país. O Presidente do CONARQ
89 destaca que é importante fortalecer a figura do arquivo como um aparelho do Estado
90 moderno e como instrumento de modernização da própria máquina administrativa,
91 fortalecer o arquivo como órgão central de um sistema de arquivos no âmbito dos
92 Estados e dos Municípios. Para isso os arquivos precisam estar equipados com quadro
93 de pessoal técnico, mediante a abertura de concurso público, ter um bom funcionamento
94 hierárquico na estrutura administrativa, ter sede adequada e gozar de autonomia

195 financeira. Resumindo, os arquivos devem assumir um papel de agentes de
196 transformação no seu âmbito de atuação, e, para isso, o posicionamento do arquivo na
197 estrutura governamental é determinante. Assim, o Presidente do CONARQ,
198 considerando que a principal finalidade dos arquivos é servir à administração, às
199 necessidades de informação e pesquisa do público em geral, julga que os arquivos
200 devem estar subordinados diretamente à Casa Civil dos governos estaduais ou aos
201 Gabinetes de Prefeitos, visando manter equidistância de todas as secretarias de governo,
202 já que o arquivo é responsável pela gestão da documentação e informação de todo
203 Estado, Distrito Federal e município. Justifica seu ponto de vista, acrescentando que o
204 arquivo, posicionado na Casa Civil ou Gabinete de Prefeito, pode normalizar de maneira
205 mais firme as questões voltadas para a gestão de documentos e, quando se tem um bom
206 programa de gestão arquivística, o nível de informação é maior e melhor e,
207 conseqüentemente garantirá arquivos permanentes/históricos mais consistentes. O
208 Presidente do CONARQ diz que se o arquivo fica na área da cultura, tende a ser visto
209 como objeto cultural. Informa que no caso do Arquivo Nacional ter sido transferido do
210 Ministério da Justiça para a Casa Civil da Presidência da República significou uma
211 experiência ímpar, tendo alcançado um significativo desenvolvimento em relação às
212 décadas em que ficou subordinado ao Ministério da Justiça. O Presidente do CONARQ
213 fala, ainda, da distinção que existe entre os arquivos estaduais e os arquivos municipais,
214 sendo estes, células que estão muito mais próximas da comunidade local, por isso é
215 preocupante a questão dos Municípios que não possuem arquivos municipais.
216 Terminada a explanação do Presidente, Pedro Moura, do Arquivo Público de
217 Pernambuco postula uma posição mais fiscalizadora por parte do CONARQ em relação
218 aos arquivos estaduais. O Presidente esclarece que compete aos representantes dos
219 arquivos estaduais no Conselho manterem a presidência informada sobre atos lesivos à
220 política nacional de arquivos públicos e privados, bem como sobre o descumprimento
221 da lei de arquivos, para que o CONARQ recomende providências para a apuração e
222 reparação desses atos. Espera-se que os representantes dos arquivos estaduais,
223 especialmente agora, com a criação do Fórum, possam subsidiar o CONARQ com
224 propostas a serem levadas ao Plenário, com vistas ao aperfeiçoamento da política
225 nacional de arquivos por intermédio não só dos Estados como também dos Municípios
226 de cada um desses Estados. A propósito, a Conselheira Rosani sugere que, a cada
227 reunião do CONARQ, seja feito um documento, contendo informações sobre as
228 questões discutidas ou deliberações aprovadas, a ser encaminhado aos arquivos

129 estaduais, que o reproduziriam e enviariam aos arquivos municipais de seu Estado, pois
130 muitos desses arquivos desconhecem a existência do CONARQ e suas potencialidades.
131 O Presidente do CONARQ sugere que seja elaborado um boletim de notícias e criado
132 um banco de e-mails com o apoio dos arquivos estaduais e municipais, com o objetivo
133 de repassar eletronicamente a todos os governadores, prefeitos, secretários de Estado,
134 presidentes de Tribunais de Justiça e de Assembléias Legislativas as informações
135 produzidas no âmbito do CONARQ. Deliberou-se, então, que o CONARQ emitirá um
136 boletim com os principais assuntos discutidos nas reuniões do CONARQ, o qual será
137 encaminhado aos membros do Fórum de Arquivos Estaduais, e estes, por sua vez,
138 socializarão as informações para as autoridades estaduais, municipais e outras que
139 julgarem procedentes. Márcio Porto, do Arquivo Público do Ceará, diz que é importante
140 fortalecer os sistemas estaduais de arquivos. O Presidente lembra que, no Brasil, poucos
141 são os que funcionam de fato e que é intenção do CONARQ fortalecer esses sistemas,
142 esperando que suas ações estimulem a interiorização dos arquivos municipais. José
143 Carlos Stopa sugere que se faça um diagnóstico de situação dos arquivos com a
144 finalidade de se ter uma visão de sua realidade. O Presidente do CONARQ diz que
145 realmente é preciso fazer, com a maior rapidez possível, esse diagnóstico de situação
146 dos arquivos, através de um instrumento de coleta de informações que identifiquem o
147 perfil técnico dessas instituições, seu posicionamento hierárquico, se possuem
148 autonomia administrativa, se contam com quadro de pessoal compatível com suas
149 funções e qual o nível de qualificação da equipe, qual a mensuração/quantificação de
150 seu acervo, se o mesmo recebe tratamento técnico adequado e está disponível para
151 acesso ao público, se os arquivos funcionam em instalações próprias, alugadas ou
152 cedidas, se dispõem de laboratórios de conservação, de serviços de reprodução de
153 documentos, de digitalização, enfim, obter o maior número possível de informações que
154 possibilitem identificar os arquivos que mais precisam de ajuda. A Conselheira Patrícia
155 Pessi sugere que também se inclua no diagnóstico, questões sobre a situação do uso de
156 tecnologias da informação nesses arquivos, pois existem fundos de financiamento para
157 instituições no âmbito estadual e municipal. A partir da análise do quadro de situação
158 dos arquivos, é possível se negociar, junto às instituições gestoras dos referidos fundos,
159 financiamentos de projetos específicos para o uso de TI em arquivos públicos. O
160 presidente solicita que a Conselheira Patrícia Pessi, sugira que tipos de indagação,
161 devam estar contidas no questionário do diagnóstico, que poderiam ser importantes para
162 viabilizar ações financiáveis de programas específicos de governo. A reunião seguiu

163 com grande discussão sobre a questão de financiamento de projetos para arquivos. O
164 Conselheiro Paulo Knauss sugere que seja discutida pelo CONARQ e pelo Fórum uma
165 proposta de criação de uma linha de financiamentos específicos para infra-estrutura de
166 TI, digitalização e microfilmagem de acervos em arquivos. Também foi longamente
167 discutido o posicionamento hierárquico dos arquivos. A maioria dos presentes
168 concordou ser a Casa Civil a melhor posição hierárquica. Concluídos os
169 pronunciamentos e comentários dos participantes, a sessão foi encerrada.
170 Obs: Tendo presente o volume das propostas apresentadas e discutidas nesta reunião,
171 decidiu-se anexar à presente Ata, o texto final aprovado da Ata da Assembléia Geral de
172 Fundação do Fórum Nacional de Arquivos Estaduais, incorporando as sugestões
173 julgadas pertinentes.